

Uso da tecnologia amplia acesso à Justiça

Ferramentas digitais, inteligência artificial, atendimento remoto e iniciativas de segurança tornam advocacia mais ágil

A transformação digital da Justiça deixou de ser uma discussão sobre o futuro. Petições, consultas processuais, pesquisas de jurisprudência, atendimento a clientes e acesso a tribunais e órgãos públicos passam hoje, em diferentes níveis, pelo ambiente digital. Uma mudança que exige da advocacia novas formas de trabalhar e ferramentas capazes de tornar essa rotina mais simples, segura e eficiente.

No Espírito Santo, esse movimento tem levado a Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Espírito Santo (OAB-ES) a ampliar iniciativas de modernização.

De janeiro de 2025 até o momento, foram reunidas 19 ações envolvendo serviços digitais, automação, inteligência artificial, segurança, acesso remoto e parcerias tecnológicas.

A proposta não é digitalizar procedimentos, é enfrentar questões concretas do cotidiano, como reduzir deslocamentos e burocracias, facilitar o acesso aos sistemas da Justiça, agilizar pesquisas e aumentar a segurança em uma atividade cada vez mais conectada.

“A tecnologia precisa estar a serviço das pessoas. Quando damos à advocacia condições para acessar sistemas com mais facilidade, pesquisar de forma mais rápida ou proteger melhor suas informações, estamos falando também de uma defesa mais eficiente dos direitos do cidadão. Modernizar a advocacia também é contribuir para uma Justiça mais acessível e capaz de dar respostas à sociedade”, afirma a presidente da OAB-ES, Erica Neves.

NAVEGADOR

Um dos exemplos é o Navegador OAB-ES, que centraliza o acesso aos principais tribunais e sistemas jurídicos, com busca inteligente e suporte a recursos como PJeOffice e certificado digital. A ferramenta reduz dificuldades técnicas que podem consumir tempo de quem depende diariamente dos sistemas judiciais.



ISTOCK

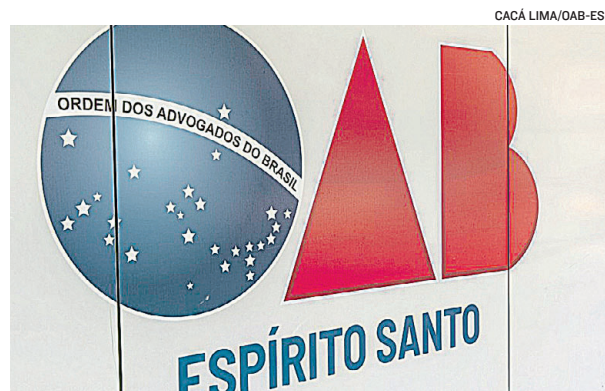
EXERCÍCIO DA ADVOCACIA: petições, consultas processuais, pesquisas de jurisprudência, atendimento a clientes e acesso a tribunais e órgãos públicos passam hoje, em diferentes níveis, pelo ambiente digital

A digitalização também tem ajudado a superar barreiras geográficas. O INSS Digital permite requerimentos e envio remoto de documentos, enquanto uma VPN institucional possibilita que advogados inscritos que estejam no

exterior acessem, de forma controlada, sistemas sujeitos a restrições.

“A tecnologia não substitui a advocacia. Ela nos dá instrumentos para trabalhar melhor, ganhar tempo e ampliar o acesso à infor-

mação. O avanço que buscamos é aquele que elimina barreiras, oferece segurança e preserva direitos. Quando a inovação cumpre esse papel, ela também contribui para ampliar o acesso à Justiça”, conclui Erica.



CACÁ LIMA/OAB-ES

SEDE DA OAB-ES: Ordem disponibiliza navegador que centraliza o acesso aos principais tribunais e sistemas jurídicos do País

Segurança contra golpes

O avanço tecnológico trouxe ainda novos desafios. Um deles é o Golpe do Falso Advogado, em que criminosos utilizam informações para se passar por profissionais e abordar vítimas.

A OAB-ES disponibilizou um formulário eletrônico para reunir informações e denúncias, produziu uma Cartilha de Segurança Digital e participou de iniciativa com outras instituições para ampliar a prevenção e a orientação sobre fraudes.

A Seccional também atuou junto ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em defesa da autenticação multifator no PJe, aumentando a proteção das credenciais utilizadas no sistema.

“Não existe transformação digital responsável sem segurança. Os golpes mostram que essa deixou de ser apenas uma questão técnica. Estamos falando da proteção de profissionais, clientes e cidadãos e da confiança necessária às relações no ambiente digital”, res-

salta Erica Neves.

Além das ferramentas próprias, parcerias com plataformas de inteligência artificial, pesquisa jurídica e gestão ampliaram o acesso da advocacia a novos recursos. Entre elas estão Forlex, Jusbrasil, ProJuris e AASP/Start OAB.

A modernização alcançou ainda procedimentos societários, por meio da integração com a REDE-SIM, e processos administrativos da própria Seccional.

Para a OAB-ES, o desafio agora é avançar na incorporação dessas tecnologias sem perder de vista que elas são instrumentos de apoio ao trabalho humano.

“Estamos falando da proteção de profissionais, clientes e cidadãos e da confiança no ambiente digital”

Erica Neves, presidente da OAB-ES

Inteligência artificial ganha espaço

O uso de inteligência artificial e de dados também começa a ganhar espaço. Por meio da parceria com a JurimetriaES, a OAB-ES disponibiliza gratuitamente em seu site a pesquisa de jurisprudência do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), inicialmente com decisões da área criminal.

Além da localização e do salvamento de acórdãos, a modalidade gratuita oferece 15 interações semanais com inteligência artificial.

A plataforma conta ainda com recursos que auxiliam na busca, resumo e análise de decisões e funcionalidades de jurimetria que permitem trabalhar informações por magistrado, tema e assunto. A

previsão é ampliar gradualmente a ferramenta para outras áreas do Direito.

A lógica é usar a tecnologia para organizar grandes volumes de informação e reduzir tarefas operacionais, preservando a análise jurídica e a responsabilidade do advogado sobre cada caso.

SOLUÇÕES

Outras soluções, como a Calculadora Jurídica de Atualização Monetária e o Banco de Laudos Previdenciários, seguem o mesmo caminho.

Na advocacia criminal, a OAB-ES atuou junto à Secretaria de Estado da Justiça (Sejus) pela conti-

nuidade e ampliação dos Parlatórios Virtuais, que permitem o atendimento remoto a pessoas custodiadas mediante agendamento. Também houve atuação pela manutenção e reativação de canais do Balcão Virtual em unidades judiciais.

“Modernizar não é simplesmente colocar um serviço na internet. A tecnologia precisa aproximar, facilitar e resolver. Quando eliminamos uma barreira para o exercício da advocacia, também contribuimos para que o cidadão tenha uma resposta mais eficiente na defesa dos seus direitos”, destaca a presidente da OAB-ES, Erica Neves.



CACÁ LIMA/OAB-ES

ERICA NEVES destaca que modernizar não é simplesmente colocar um serviço na internet e frisa que, quando uma barreira para o exercício da advocacia é eliminada, isso também contribui para que o cidadão tenha uma resposta mais eficiente na defesa dos seus direitos